

LEVANTAMENTO DAS PRESCRIÇÕES DE ANTIMICROBIANOS DISPENSADAS NA FARMÁCIA BÁSICA, NO MUNICÍPIO DE NIQUELÂNDIA-GO

Nathália Pinheiro Lucena¹
Vivia Ribeiro de Araújo²
Laís Lima Nabuco Araújo³

RESUMO: Os antimicrobianos compõem uma das classes terapêuticas mais prescritas e dispensadas pelas Unidades Básicas de Saúde. O objetivo desse estudo é conhecer e quantificar os principais antimicrobianos dispensados na Farmácia Básica do município de Niquelândia-GO, bem como analisar se as prescrições estão sendo aviadas corretamente conforme as especificações da legislação em vigor. Trata-se de um estudo descritivo transversal, com abordagem quantitativa. Os dados coletados foram obtidos por meio da interpretação das prescrições médicas de antimicrobianos retidas na Farmácia Básica, bem como pela análise das informações fornecidas pelo Sistema Informatizado HÓRUS, relacionados aos meses de Junho e Julho de 2015. No mês de junho foi observada maior incidência de prescrições contendo antimicrobianos, correspondente a 69,47% do valor total de medicamentos dispensados, e amoxicilina 500mg, o mais prescrito. Em relação ao mês de julho, esse foi responsável por 30,52% dos antimicrobianos dispensados. Das 120 receitas analisadas, no mês de junho, a idade do paciente, o nome completo dos pacientes, a data da prescrição, a forma farmacêutica, a posologia correta, a quantidade de medicamentos, a via de administração e a legibilidade estavam presentes em 98, 112, 100, 119, 118, 116, 115, 92 receitas, respectivamente. No mês de julho, das 115 receitas, apenas os critérios identificação do prescritor, nome do medicamento e dosagem estavam presente em todas as receitas. A existência de erros em prescrições médicas é muito comum, o que implica na necessidade de qualificar os prescritores, bem como contar com o auxílio do profissional farmacêutico.

Palavras-chave: Antimicrobianos. Prescrição médica. HÓRUS.

ABSTRACT: Antimicrobial make up one of the most prescribed therapeutic classes and dispensed by the Basic Health Units. The aim of this study is to understand and quantify the main antimicrobials dispensed in the municipality of Basic Pharmacy Niquelândia-GO, as well as examine whether the requirements are being dispensed correctly according to the specifications of the legislation in force. It is a cross-sectional descriptive study, with a quantitative approach. Data were obtained through the interpretation of antimicrobial prescriptions retained in the Basic Pharmacy, as well as the analysis of information provided by the computerized system HORUS related to the months of June and July 2015. In June there was a higher incidence of prescriptions including antimicrobials, corresponding to 69.47% of the total value of drugs dispensed, and amoxicillin 500mg, as prescribed. Compared to July, that was responsible for 30.52% of dispensed antimicrobials. Of the 120 recipes analyzed, in June, the patient's age, the full name of the patient, the prescription date, the pharmaceutical form, the correct dosage, the amount of medication, route of administration and legibility were present in 98, 112, 100, 119, 118, 116, 115, 92 proceeds, respectively. In July, the 115 recipes, only the prescriber identification criteria, the drug name and dosage were present in all recipes. The existence of errors in

¹Graduada em Farmácia pela Faculdade Serra da Mesa (FASEM), Uruaçu-Goiás. E-mail: nathaliaplucena@hotmail.com.

²Graduada em Farmácia pela Faculdade Serra da Mesa (FASEM), Uruaçu-Goiás. E-mail: vivia_vi@hotmail.com.

³Mestra em Biodiversidade Vegetal pela Universidade Federal de Goiás (UFG) e professora da Faculdade Serra da Mesa (FASEM), Uruaçu-GO. E-mail: laisnabuco@hotmail.com.

prescriptions is very common, which implies the need to qualify prescribers and count on the help of the pharmacist.

Keywords: Antimicrobials. Doctor's prescription. HORUS.

1 INTRODUÇÃO

Os antimicrobianos encontram-se dentre as classes terapêuticas mais prescritas nas Farmácias Básicas, nos diversos municípios brasileiros, devido a este grupo de fármacos serem administrados com a finalidade de eliminar e/ou impedirem o desenvolvimento de um agente infeccioso, de modo a não prejudicar e causar danos maiores a saúde do hospedeiro (NICOLINI et al., 2008).

Tem-se a resistência microbiana como sendo, a capacidade que um determinado microrganismo apresenta de inibir a ação de um algum agente antimicrobiano sobre esses microrganismos, resultando assim em um tratamento ineficaz, infecções persistentes, além da grande possibilidade de transferir essa característica de resistência a outros microrganismos (MOREIRA et al., 2013).

A Lei nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973 que “dispõe sobre o controle sanitário do comércio de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos, e dá outras providências”, determina que o processo de dispensação de medicamentos em farmácias deve estar sob a responsabilidade do profissional farmacêutico (BRASIL, 1973).

No ano de 2005 o Departamento de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos começaram a desenvolver um estudo visando à elaboração de um *software* com o objetivo de auxiliar a gestão da Assistência Farmacêutica no Brasil, tal estudo deu origem em 2009 ao Sistema Informatizado HÓRUS, no IV Fórum Nacional da Assistência Farmacêutica em Brasília, o qual é disponibilizado pelo Ministério da Saúde gratuitamente e auxilia de maneira eficaz o controle de dispensação de medicamentos nos municípios, visando um controle racional dos mesmos (DIAS, 2013).

Diante do exposto este trabalho através de uma análise de medicamentos utilizados tem como intuito fazer um levantamento das prescrições de medicamentos antibióticos mais dispensados no município de Niquelândia-GO, através do programa informatizado Hórus e observar o cumprimento ou não dos critérios quanto à prescrição de receituários médicos estabelecidos pela RDC nº 20, a qual “dispõe sobre o controle de medicamentos à base de substâncias classificadas como antimicrobianos, de uso sob prescrição, isolado ou em associação” (BRASIL, 2011).

2 MATERIAIS E MÉTODOS

Estudo descritivo transversal, com abordagem quantitativa, realizado na Farmácia Básica do município de Niquelândia-GO, localizado a 307 km da capital, Goiânia, e com uma população de 45.243 habitantes no ano de 2015 (IBGE, 2015).

Os dados coletados foram obtidos por meio da interpretação das prescrições médicas de antimicrobianos retidas na Farmácia Básica, bem como pela análise das informações fornecidas pelo Sistema Informatizado HÓRUS, como o nome do paciente, a classe e a quantidade de medicamentos dispensados. Nas prescrições foram averiguados os seguintes dados: identificação do paciente, identificação do prescritor, nome do medicamento, dose, forma farmacêutica, posologia, quantidade e a data de emissão, e legibilidade da prescrição, recomendados pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 20 de 05 de maio de 2011, a qual dispõe sobre o controle de medicamento a base de substâncias classificadas como antimicrobianos, de uso sob prescrição, isolados ou em associação.

A coleta de dados durou 20 dias, tempo em que foram analisadas e interpretadas as receitas médicas referentes aos meses de Junho e Julho, bem como as informações fornecidas pelo HÓRUS, dados estes disponibilizados pela Farmácia Central do município. Com relação às informações fornecidas pelo Sistema HÓRUS, estas foram disponibilizadas pela farmacêutica responsável.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 DADOS OBTIDOS ATRAVÉS DO SISTEMA INFORMATIZADO HÓRUS NO MUNICÍPIO DE NIQUELÂNDIA-GO

De acordo com os dados disponibilizados pelo Sistema HÓRUS no município de Niquelândia, no ano de 2015, nos meses de Junho e Julho foram dispensados uma média de 19.918 medicamentos antimicrobianos, sendo que no primeiro mês foram 13.838 medicamentos antimicrobianos e no segundo mês, 6.080. Foi realizada uma triagem com intuito de identificar a classe farmacológica de cada fármaco dispensado na Farmácia Básica Central do município, a qual atende a demanda exigida pelas demais Unidades de Saúde e das Estratégias de Saúde da Família (ESF).

De acordo com a Tabela 1, no mês de Junho foi observado uma maior incidência de prescrições contendo antimicrobianos, sendo responsáveis por 69,47% do valor total de medicamentos dispensados.

Tabela 1: Dispensação dos principais antimicrobianos na Farmácia Básica do município de Niquelândia nos meses de Junho e Julho de 2015, obtidos através do Sistema Informatizado - HÓRUS.

MEDICAMENTOS	JUNHO	%	JULHO	%	TOTAL	PORCENTAGEM
Amoxicilina (50mg/mL pó para suspensão oral – 60mL)	174	1,25%	26	0,42%	200	1,00%
Amoxicilina (500mg cápsulas)	9.821	70,97%	3.342	54,96%	13.163	66,08%
Cefalexina (50mg/mL suspensão oral – 60mL)	180	1,30%	75	1,23%	255	1,28%
Cefalexina (500mg comprimido)	3.090	22,32%	2.520	41,44%	5.610	28,16%
Eritromicina, Estolato (50mg/mL suspensão oral – 60mL)	25	0,18%	10	0,16%	35	0,17%
Metronidazol (400mg/mL suspensão oral – 100mL)	37	0,26%	10	0,16%	47	0,23%
Metronidazol (100mg/G creme vaginal – 50g)	111	0,80%	61	1,00%	172	0,86%
Metronidazol (250mg comprimido)	400	2,89%	20	0,32%	420	2,10%
Sulfametoxazol + Trimetroprima (40+8mg/mL suspensão oral – 50mL)	-	-	16	0,02%	16	0,08%
TOTAL	13.838	69,47%	6.080	30,52%	19.918	99,96%

Fonte: Próprio autor (2015)

Dentre todos os medicamentos, os que mais foram prescritos referem-se à amoxicilina 500mg cápsulas (9.821), cefalexina 500mg comprimidos (3.090) e metronidazol 250mg comprimidos (400). Em seguida tem-se cefalexina 50mg/mL suspensão oral 60mL (180), amoxicilina 50mg/mL pós para suspensão oral (174), metronidazol 100mg/g creme vaginal – 50g (11), metronidazol 40mg/mL suspensão oral 100mL (37) e eritromicina-etolato 50mg/mL suspensão oral 60mL (25).

Em relação ao mês de Julho, esse foi responsável por 30,52% dos antimicrobianos dispensados na Farmácia Básica. Comparando-o ao mês de Junho observou-se que das três classes de medicamentos mais dispensadas, a amoxicilina 500mg cápsulas (3.342) e a cefalexina 500mg comprimidos (2.520) ocuparam o primeiro e segundo lugar da lista, respectivamente. A única diferença é que, ao contrário do mês de Junho, que dispensou 400 comprimidos de metronidazol (250mg), assumindo o terceiro lugar da lista, no mês de julho esta posição foi ocupada pelo medicamento cefalexina 50mg/mL suspensão oral – 60mL (75). Dando continuidade a lista de medicamentos mais prescritos, tem-se o metronidazol 100mg/g creme vaginal – 50g (61), a amoxicilina 50mg/mL pó para suspensão – 60mL (26), metronidazol 250mg comprimido (20), sulfametoxazol + trimetoprina 40+8mg/mL suspensão oral – 50mL (16), metronidazol 40mg/mL suspensão oral 100mL (10) e eritromicina, etolato 50mg/mL suspensão oral 60mL (10).

Os resultados em porcentagem das classes farmacológicas mais dispensadas de acordo com os medicamentos prescritos nos dois meses estudados, na Tabela 2.

Tabela 2: Quantidade total e porcentagem de medicamentos dispensados quanto à classe farmacológica na Farmácia Básica do município de Niquelândia-GO, nos meses de Junho e Julho de 2015.

CLASSES FARMACOLÓGICAS	QUANTIDADE (UNIDADE)	QUANTIDADE PORCENTAGEM
Beta lactâmicos	13.363	67,09%
Cefalosporinas	5.865	29,44%
Macrolídeos	35	0,17%
Nitroimidazólicos	639	3,20%
Sulfonamidas + Pirimidina	16	0,08%

Fonte: Próprio autor (2015)

Ev et al. (2008), avaliando prescrições dispensadas em uma unidade básica de saúde do município de Ouro Preto, Minas Gerais, observaram que dentre a relação de medicamentos prescritos, a Amoxicilina 500mg, em uma porcentagem de 5,84%, foi o fármaco mais prescrito em relação a vários grupos farmacológicos estudados.

Em um estudo realizado por Martins et al. (2014), no qual analisaram-se prescrições médicas de antimicrobiano em uma farmácia comercial de Imperatriz-MA é possível observar que os autores também constataram que os medicamentos cefalexina, amoxicilina e o levofloxacino, que não foi objeto desse estudo, foram os antibióticos mais prescritos no período do estudo, representando, 27,1%, 24,1% e 11%, respectivamente, do total de antimicrobianos dispensados.

Ainda em comparação ao estudo realizado por Martins et al. (2014), concluiu-se que as principais classes farmacológicas dispensadas foram, os beta-lactâmicos, seguido das cefalosporinas de primeira geração.

Os resultados obtidos tanto por Ev et al. (2008), como por Martins et al. (2014) estão de acordo com o que foi observado nesse estudo, no que se trata dos principais antimicrobianos dispensados, embora os estudos realizados por esses autores tenham sido em regiões e em estabelecimentos diferentes, sendo assim, têm-se que as classes de antimicrobianos supracitadas são utilizadas por grande parte da população para o tratamento de diversas patologias.

Abdala (2015), em seu estudo, sobre considerações sobre os medicamentos dispensados pelo Sistema Único de Saúde (SUS) em uma farmácia do município de Tramandaí – RS constatou-se através de uma análise da classe de antimicrobianos que o grande número de antimicrobianos dispensados nos meses de Junho e Julho, esteja associado ao período do inverno, onde torna mais suscetível o risco de infecções, o que pode justificar a sazonalidade do uso de antimicrobianos. Embora o mesmo autor tenha notado que em outras épocas do ano o número de antibióticos dispensados tenha sido bastante significativo, é possível perceber que há uso irracional desta classe, mesmo que a literatura não tenha nenhum indício que estabeleça a porcentagem do uso racional.

Abdala (2015) aponta ainda que as penicilinas estão entre as classes mais utilizadas, por serem bem toleradas, e atuarem como bactericidas interferindo na síntese da parede celular bacteriana, como descrito no Formulário Terapêutico Nacional, de 2010. Em seu estudo chegou à conclusão que o medicamento mais dispensado foi a amoxicilina 500mg, e em segundo lugar, a azitromicina 500mg. A penicilina é recomendada para uso na atenção

primária por se tratar de uma classe viável financeiramente e por ser bastante eficaz (WEBER et al., 2012; ABDALA, 2015; NICOLINI et al., 2008).

Segundo Abrantes et al. (2007), a grande incidência do uso de amoxicilina nos tratamentos terapêuticos é esperado, pois trata-se de um antimicrobiano com amplo espectro de ação e apresenta baixa toxicidade ao organismo, sendo considerado o tratamento de primeira escolha para várias patologias infecciosas, bem como pela maior segurança que o profissional qualificado têm ao prescrevê-lo.

Carneiro et al. (2011), Berquó et al. (2004) e Bantar (2003), afirmam que a cefalexina, segunda classe mais dispensada no presente estudo, possui perfil de utilização esperado, por se tratar de uma classe de antimicrobianos com potencial de toxicidade mais baixo e por apresentarem uma ótima segurança, mesmo que estejam associados ao processo de resistência bacteriana, esta classe faz necessária no tratamento dos principais diagnósticos por ele encontrado.

Abrantes e colaboradores (2007) indicam que o uso racional de medicamentos apresenta como aspecto fundamental a explicação de forma clara sobre como fazer o uso correto dos medicamentos, tais informações além de serem explicadas verbalmente pelo farmacêutico, com uso de linguagem clara, deve vir impressa na receita, principalmente quando se trata do uso de antimicrobianos.

Para tanto, as orientações que são fornecidas pelo farmacêutico no ato de dispensação, bem como as informações contidas na receita médica, devem ser seguidas corretamente pelo paciente, cumprindo o tempo de tratamento e os horários de administração dos medicamentos, visando com que o fármaco possa chegar ao local onde se encontra a infecção, e exercer o efeito terapêutico esperado, quando as orientações dadas pelos profissionais são seguidas corretamente, as chances dos microrganismos desenvolverem resistência são mínimas (WEBER, 2012; ABDALA, 2015).

Para que haja o uso racional de medicamentos, visando um melhor efeito terapêutico e evitando a ocorrência de resistência por parte dos microrganismos, Petry et al. (2008) recomenda que os antimicrobianos sejam receitados e indicados somente após a realização do antibiograma, o que contribui para a racionalização do uso de antimicrobianos.

O programa HÓRUS também contribui para o uso racional de medicamentos. Costa e Nascimento (2012), afirmam que o programa HÓRUS possui diversas vantagens, pois a partir dele é possível emitir relatórios, contendo informações que auxiliam no processo de planejamento e desenvolvimento das ações de Assistência Farmacêutica na Atenção Básica,

como históricos das dispensações dos usuários; dados sobre pacientes faltosos; procedência das prescrições; posição de estoque e datas de agendamento das próximas dispensações.

Sendo assim a partir do HÓRUS é possível manter um controle do uso de antimicrobianos, diminuindo assim a resistência bacteriana, pois como citado pelo autor acima, o mesmo contribuiu para a ampliação do acesso aos medicamentos e a qualificação da atenção à saúde prestada a população, auxiliando na avaliação, monitoramento e planejamento das ações.

3.2 INTERPRETAÇÃO DAS PRESCRIÇÕES MÉDICAS SEGUNDO CRITÉRIOS ESTABELECIDOS PELA RESOLUÇÃO DA DIRETORIA COLEGIADA Nº 20, DE 05 DE MAIO DE 2011

Das 300 receitas interpretadas, 235 continham prescrição de antimicrobianos, representando 78,33% desse total. Dessas 235 receitas aviadadas com a presença de medicamentos antimicrobianos, 120 (51,06%) eram referentes ao mês de Junho e 115 (49,93%) do mês de Julho, do ano do estudo. Nestas receitas foram avaliados dados referentes ao preenchimento das mesmas, seguindo as normas determinadas pela Resolução RDC nº 20 de 2011 que “dispõe sobre o controle de medicamentos à base de substâncias classificadas como antimicrobianos, de uso sob prescrição, isolado ou em associação”. A Tabela 3, inserida abaixo, demonstra aspectos que foram observados nas receitas médicas no ato de dispensação pelo profissional farmacêutico de acordo com os critérios abordados na legislação, no mês de Junho.

Em 100% dos receituários os critérios quanto à identificação do paciente, nome do medicamento, dosagem ou concentração estavam presentes conforme as exigências da legislação. A idade do paciente estava presente em apenas 98 receitas, o nome completo dos pacientes em 112 e a data da prescrição em 100. Em 119 receitas havia a forma farmacêutica, 118 apresentavam posologia correta, e a quantidade de medicamentos e a via de administração estavam presentes em 116 e 115 receitas, respectivamente. Quanto a legibilidade, 92 receitas apresentavam caligrafia de fácil entendimento.

Tabela 3: Distribuição percentual quanto à presença das informações exigidas pela RDC nº 20 nos receituários médicos do mês de Junho de 2015.

CRITÉRIOS – RDC 20	NÚMERO DE RECEITAS	PORCENTAGEM DOS DADOS
Identificação do prescritor (carimbo e assinatura)	120	100%
Nome completo do paciente	112	93,33%
Idade do paciente	98	81,66%
Data da prescrição	100	83,33%
Legibilidade	92	76,66%
Nome do medicamento	120	100%
Dosagem ou concentração	120	100%
Forma farmacêutica	119	99,16%
Posologia	118	98,33%
Quantidade de medicamentos	116	96,66%
Via de administração	115	95,83%
TOTAL DE RECEITAS	120	100%

Fonte: Próprio autor (2015)

Realizando a leitura da Tabela 3, é possível observar a presença dos critérios estabelecidos pela RDC nº 20 nas receitas médicas interpretadas no mês de Junho, de 2015. Em 100% dos receituários os critérios quanto à identificação do paciente, nome do medicamento, dosagem ou concentração estavam presentes conforme as exigências da legislação. A idade do paciente estava presente em apenas 98 receitas, o nome completo dos pacientes em 112 e a data da prescrição em 100. Em 119 receitas havia a forma farmacêutica, 118 apresentavam posologia correta, e a quantidade de medicamentos e a via de administração estavam presentes em 116 e 115 receitas, respectivamente. Quanto a legibilidade, 92 receitas apresentavam caligrafia de fácil entendimento.

A Tabela 4 mostra as mesmas informações, porém referente ao mês de Julho.

Tabela 4: Distribuição percentual quanto à presença das informações exigidas pela RDC nº 20 nos receituários médicos do mês de Julho de 2015.

CRITÉRIOS – RDC 20	NÚMERO DE RECEITAS	PORCENTAGEM DOS DADOS
Identificação do prescritor (carimbo e assinatura)	115	100%
Nome completo do paciente	109	94,78%
Idade do paciente	99	86,09%
Data da prescrição	102	88,69%
Legibilidade	96	83,47%
Nome do medicamento	115	100%
Dosagem ou concentração	115	100%
Forma farmacêutica	112	97,39%
Posologia	111	96,52%
Quantidade de medicamentos	110	95,65%
Via de administração	109	94,78%
TOTAL DE RECEITAS	115	100%

Fonte: Próprio autor (2015)

A Tabela 4 nos traz dados referentes aos receituários interpretados no mês de Julho, é possível perceber acompanhando a tabela que os únicos critérios estabelecidos pela RDC nº 20 presentes em todas as 115 receitas (100%) foram a identificação do prescritor, o nome do medicamento e a dosagem ou contração do mesmo. O nome completo do paciente, a idade e data em que a receita foi prescrita, foram observadas em 109, 99 e 102 receitas, respectivamente. Critérios como a forma farmacêutica do medicamento estavam presentes em 112, a posologia em 111, a quantidade de medicamentos a serem administrados em 110 e, a via de administração em 109 receitas. Apenas 96 receitas foram prescritas com letras legíveis e de fácil identificação.

Em um estudo sobre análise de prescrições medicamentosas dispensadas na farmácia de uma Unidade Básica de Saúde de Porto Alegre- RS, realizado por Guzatto e Bueno (2007), os autores também analisaram as prescrições médicas, quanto aos quesitos estabelecidos pela RDC nº 20, e observaram que 99,9% das prescrições apresentavam erros quanto à posologia (ausência do dado, dado inelegível, rasura e dado incorreto). Com relação à concentração do

medicamento prescrito, 42,5% das receitas possuíam algum erro, em 15,9% das receitas havia erro na indicação da via de administração do medicamento.

Ev et al. (2008), afirma em seu estudo realizado em Unidade Básica de Saúde do município de Ouro Preto, Minas Gerais, que duas (0,19%) receitas não apresentavam data e duas continham somente o primeiro nome do paciente. Em relação aos dados do prescritor (assinatura e carimbo) notaram que em 69 receitas (6,5%) estava ausente o carimbo e/ou número do conselho regional em que o prescritor inscrito, e em uma receita (0,99%) não havia a assinatura do responsável.

Considerando ainda o estudo da autora e colaboradores, havia ausência também de algumas informações quanto aos medicamentos. 2,35% das prescrições não apresentavam forma farmacêutica, 10,5% não continham concentração, em 1,69% a posologia estava ausente, e em 17,42%, a duração total do tratamento terapêutico não foi estabelecida.

Já no estudo realizado por Last e colaboradores (2013), em que analisaram-se 292 prescrições médicas que foram dispensadas em uma farmácia do Sistema Único de Saúde em Lajeado-RS, do total geral, 96,6% das receitas apresentavam o nome do paciente, e em apenas 1 % destas receitas havia o endereço do mesmo. É possível observar ainda que 243 receitas (83,2%) continham o nome do médico, e em 227 (77,7%) estava presente o número de inscrição do profissional no Conselho Regional de Medicina (CRM), e a assinatura do mesmo estava presente em somente 273 receitas (93,5%).

Observando os resultados obtidos nesse estudo, e confrontando-os com resultados de outros autores acerca do mesmo assunto, é possível perceber a ausência de muitas informações que perante RDC nº 20, são consideradas de extrema importância ao realizar a prescrição de uma receita médica, informações essas que auxiliam muito no desenvolvimento do trabalho do profissional farmacêutico em relação à dispensação dos medicamentos.

Dados como a posologia se fazem de suma importância, pois na ausência da informação da dosagem, um paciente pode ingerir uma quantidade maior ou menor à quantidade exata a ser administrada, consequentemente, no primeiro caso pode levar a intoxicação ou ao óbito do paciente, e em casos de administração de doses baixas, pode não ser alcançado o efeito farmacológico esperado, bem como a descontinuidade do tratamento pelo paciente (GUZATTO e BUENO, 2007).

Ev et al. (2008), afirmam que a informação quanto a data da prescrição é muito importante, pois esta assegura a validade da receita (10 dias), embora seja uma informação considerada bastante dispensável para muitos profissionais. Esta autora e seus colaboradores ainda concluem que as prescrições médicas não devem conter abreviações, pois podem causar

dúvidas em outros profissionais, o que conseqüentemente, pode induzir ao erro de dispensação, no caso dos profissionais farmacêuticos.

Correlacionando o presente estudo com os dados descritos por Lisiane e colaboradores (2008), pode-se perceber que por mais que a data da prescrição se faça um critério importante para identificação da validade da mesma, muitos receituários não apresentaram data em que as receitas foram prescritas, no mês de Junho constavam esse critério em 100 prescrições e, no mês de Julho, 102.

Guzatto e Bueno (2007) trazem em seu estudo informações importantes quanto à prescrição de receitas e seus dados obrigatórios, relatando que no Brasil, milhões de receitas médicas geradas anualmente nos serviços públicos de saúde em todo país, não apresentam todos os requisitos legais e técnicos considerados indispensáveis para uma boa e eficiente dispensação de medicamentos. E comprovam tal fato com informações citadas por eles, de um estudo realizado em Aracaju- SE, onde das 1.227 receitas analisadas quanto à presença dos requisitos obrigatórios, 71,5% das prescrições não estavam conforme exigido pela legislação.

No presente estudo, considerando os dois meses analisados é notório que várias prescrições não apresentavam alguns itens estabelecidos pela RDC nº 20. Comparando a quantidade receitas com dados faltosos específicos, ao total de receitas analisadas em cada mês, os valores obtidos nesse estudo não são tão alarmantes, como os registrados no estudo realizado por Guzatto e Bueno (2007). Sabe-se que essas informações são de grande importância, pois é por meio delas que o profissional farmacêutico dispensa o medicamento e orienta o paciente como o mesmo deve aderir ao tratamento prescrito.

Bandeira et al. (2015), relatam em seu estudo que a existência de erros em prescrições médicas é muito comum, o que implica na necessidade de qualificar os prescritores, bem como contar com o auxílio do profissional farmacêutico de forma direta no suporte das decisões clínicas, como também na oferta de informações e orientações a respeito dos medicamentos, tendo em vista a redução de possíveis erros que podem ser potencialmente prejudiciais à saúde do paciente em tratamento.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É notória a grande quantidade de medicamentos antimicrobianos que são dispensados, tanto no presente estudo, quanto nos estudos que foram analisados, se destacando em todos, a amoxicilina. Se por um lado esse medicamento pode agir contra uma gama de bactérias, por

outro pode estar associado ao desenvolvimento de resistências bacterianas, exigindo assim que sejam utilizados outros tipos de antimicrobianos mais potentes.

Sendo assim, para que se possa diminuir o quadro de uso irracional de medicamentos e incentivar o uso racional, toda a população deve passar pela educação e informações ditas necessárias sobre o tratamento, deve-se ter um maior controle na venda e dispensação com e sem prescrição médica, melhoria do acesso aos serviços de saúde, adoção de critérios éticos para a promoção de medicamentos, entre outros meios.

Vale ressaltar a importância do Sistema Informatizado HÓRUS, implementado no município de Niquelândia – GO, que exerce um papel fundamental no acompanhamento e no controle das prescrições, principalmente de medicamentos antimicrobianos, pois por meio deste o profissional tem acesso ao dia em que o paciente retirou seu medicamento, a quantidade de comprimidos dispensados, e a duração do tratamento, evitando assim que o mesmo retorne à farmácia querendo que seja dispensado o medicamento novamente, além de contribuir para o uso racional de medicamentos, entre outras ações.

Percebe-se ao concluir o estudo que muitos dos receituários médicos analisados não seguem corretamente os dados preestabelecidos pela RDC nº 20 de 2011, ou seja, muitas das receitas interpretadas possuíam um ou mais critérios faltosos, não cumprindo assim totalmente as regras da legislação pertinente. Sendo assim, é possível notar uma desatenção por parte do profissional prescritor ao prescrever um receituário, o que pode prejudicar de alguma forma o tratamento do paciente. O profissional farmacêutico ao receber a receita deve conferir seus dados, uma vez que haja falta de alguma informação, ou que a mesma esteja impossível de ler, o profissional deve entrar em contato com o médico, para que este possa esclarecer as informações e assim poder ser realizada uma dispensação com eficiência e segurança para o paciente.

Sendo assim, sabe-se que o elo entre o profissional médico, farmacêutico e o paciente, é o receituário médico. Para tanto, torna-se necessário o preenchimento de forma correta, clara, concisa e obedecendo todas as especificações limitadas pela legislação vigente, para que assim, o profissional farmacêutico possa realizar a dispensação e o fornecimento de informações corretas ao paciente.

É necessária em todos os pontos de dispensação de medicamentos no SUS, a adoção da prática de Atenção Farmacêutica, que muito contribuirá para diminuição de erros de medicação e para o controle do uso irracional de medicamentos, fator este, que se torna relevante ao se considerar o consumo de antimicrobianos, garantindo qualidade de vida ao paciente assistido.

REFERÊNCIAS

- ABDALA, Elen Luiza Pelisoli Formagio. Considerações sobre os medicamentos dispensados pelo sistema único de saúde (SUS) em uma farmácia do município de Tramandaí – RS: Uma análise da classe de antimicrobianos. **Revista Especialize On-line IPOG**. Goiânia, v.01, n.10, 2015. Disponível em: <file:///C:/Users/User/Downloads/consideracoes-sobre-os-medicamentos-dispensados-pelo-sistema-unico-de-saude-sus-em-uma-farmacia-do-municipio-de-tramandai--rs-uma-analise-da-classe-de-antimicrobianos-04171411.pdf>. Acesso em: 18 de outubro de 2015.
- ABRANTES, Patrícia de Magalhães et al. Avaliação da qualidade das prescrições de antimicrobianos dispensadas em unidades públicas de saúde de Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil, 2002. **Caderno de Saúde Pública**. Rio de Janeiro, v.23, n.1, p.95-104, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2007000100011>. Acesso em: 13 de outubro de 2015.
- BANDEIRA, Vanessa Adelina Casali et al. Análise das prescrições dispensadas em uma unidade básica de saúde do município de Ijuí – RS. **Saúde (Santa Maria)**. Santa Maria, v.41, n.1, p.229-238, 2015. Disponível em: <http://cascavel.ufsm.br/revistas/ojs-2.2.2/index.php/revistasaude/article/view/15553>. Acesso em: 01 de novembro de 2015.
- BANTAR, Carlos et al. A Hospitalwide Intervention Program to Optimize the Quality of Antibiotic Use: impact on prescribing practice, antibiotic consumption, cost savings, and bacterial resistance. **Clinical Infectious Disease**. v.37, n.2, p.180-186, 2003. Disponível em: <http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/12856209>. Acesso em: 23 de outubro de 2015.
- BERQUÓ, Laura et al. Utilização de antimicrobiano em uma população urbana. **Revista Saúde Pública**. São Paulo, v.38, n.2, p.239-246, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-89102004000200013&script=sci_arttext>. Acesso em: 15 de outubro de 2015.
- BRASIL. Lei nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973. **Dispõe sobre o Controle Sanitário do Comércio de Drogas, Medicamentos, Insumos Farmacêuticos e Correlatos, e dá outras providências**. Diário Oficial da União 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5991.htm>. Acesso em: 25 de outubro de 2015.
- BRASIL. **Resolução da Diretoria Colegiada RDC nº 20, de 05 de maio de 2011**. Dispõe sobre o controle de medicamentos à base de substâncias classificadas como antimicrobianos, de uso sob prescrição, isoladas ou em associação. Diário Oficial da União 1990. Disponível em: <http://www.anvisa.gov.br/sngpc/Documentos2012/RDC%2020%202011.pdf?jornal=%E2%80%A6%28>. Acesso em: 15 de agosto de 2015.
- CARNEIRO, Marcelo et al. Uso de antimicrobianos em um hospital de ensino: uma breve avaliação. **Revista da Associação Médica Brasileira**. v.57, n.4, p.421-424, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ramb/v57n4/v57n4a16.pdf>. Acesso em: 22 de outubro de 2015.
- COSTA, Karen Sarmiento; NASCIMENTO, José Miguel do. HÓRUS: inovação tecnológica na assistência farmacêutica no Sistema Único de Saúde. **Revista Saúde Pública**, v.46, 2012.

Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rsp/2012nahead/ao4223.pdf>>. Acesso em: 10 de setembro de 2015.

DIAS, Kelli Engler. **A implantação do Hórus nas farmácias do SUS – Uma proposta de ações para auxiliar esse processo.** 2013. 119f. (Dissertação de Mestrado). Rio de Janeiro. Disponível em: <bvssp.icict.fiocruz.br/lildbi/docsonline/get.php?id=4007>. Acesso: 14 de abril de 2015.

EV, Lisiane; GUIMARÃES, Andréa; CASTRO, Vanessa. Avaliação das prescrições dispensadas em uma unidade básica de saúde do município de Ouro Preto, Minas Gerais, Brasil. **Latin American Journal of Pharmacy**, v.27, n.4, 2008. Disponível em: <<http://www.ceatenf.ufc.br/Artigos/12.pdf>>. Acesso em: 10 de outubro de 2015.

GUZZATTO, Paula; BUENO, Denise. Análise de prescrições medicamentosas dispensadas na farmácia de uma unidade básica de saúde de Porto Alegre-RS. **Revista HCPA**. Porto Alegre, v.27, n.3, 2007. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/23585?locale=pt_BR>. Acesso em: 02 de outubro de 2015.

IBGE – **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/>>. Acesso em: 10 de outubro de 2015.

LAST, Gabriela. Análise de prescrições médicas dispensadas em farmácia no Sistema Único de Saúde. **Revista HCPA**. Porto Alegre, v.33, n.1, 2013. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/hcpa/article/viewFile/37507/25666>>. Acesso em: 01 de novembro de 2015.

MARTINS, Nayana Bandeira et al. Análise de prescrição médica de antibióticos de uma farmácia comercial do município de Imperatriz-MA. **Revista Científica do ITPAC**. Araguaína, v.7, n.4, 2014. Disponível em: <<http://www.itpac.br/arquivos/Revista/74/artigo10.pdf>>. Acesso em: 10 de outubro de 2015.

MOREIRA, Natália Menezes et al. Os mecanismos de resistência bacteriana da *Salmonella* sp. frente à utilização de antibióticos. **Enciclopédia Biosfera**, Centro Científico Conhecer. Goiânia, v.9, n.16; p.1132, 2013. Disponível em: <<http://www.conhecer.org.br/enciclop/2013a/agrarias/os%20mecanismos%20de.pdf>>. Acesso em: 02 de outubro de 2015.

NICOLINI, Paola et al. Fatores relacionados à prescrição médica de antibióticos em farmácia Pública da região Oeste da cidade de São Paulo. **Revista Ciência e Saúde Coletiva**. Rio de Janeiro, v.13, supl.0. Abr. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232008000700018>. Acesso em: 25 de agosto de 2015.

PETRY, Raquel Denise; PLETSCHE, Marilei Uecker; FERRAZZA, Mariane. Considerações sobre os medicamentos dispensados pelo SUS no município de Garruchos-RS. **Revista Brasileira de Ciências Farmacêuticas**. São Paulo, v.44, n.3, 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcf/v44n3/a21v44n3.pdf>>. Acesso em: 01 de outubro de 2015.

WEBER, Bruna Rodrigues et al. Análise de dos medicamentos e interações potenciais em prescrições contendo antimicrobianos dispensados em uma farmácia comunitária de Ijuí/RS. **Revista de Epidemiologia e Controle de Infecção**. Santa Cruz do Sul, v.2, n.4, 2012. Disponível em: <<http://online.unisc.br/seer/index.php/epidemiologia/article/view/2753>>. Acesso em: 16 de outubro de 2015.